ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF Nº 08.807.432/0001-10
NIRE 33.3.0028205-0
COMPANHIA ABERTA DE CAPITAL AUTORIZADO

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2015**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 dias do mês de setembro de 2015, às 18:00 horas, na sede social da Estácio Participações S.A. (“Companhia”), situada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Embaixador Abelardo Bueno, nº 199, sala 601, Barra da Tijuca, CEP 22775-040.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. MESA: Sr. Eduardo Alcalay (Presidente) e o Sr. Miguel F. Pereira de Paula (Secretário).

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (i) a rerratificação dos termos e condições da terceira (3ª) emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição com esforços restritos, em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta”, respectivamente), aprovados na Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de agosto de 2015 (“RCA de 20.08.2015”); (ii) autorização aos diretores da Companhia para que estes adotem todas as medidas necessárias à realização e formalização do item (i) acima, da Emissão e da Oferta, incluindo mas não se limitando à celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da Terceira (3ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos, da Estácio Participações S.A.” e (iii) a ratificação dos atos praticados pela Diretoria da Companhia, em consonância com as deliberações acima e as demais deliberações aprovadas na RCA de 20.08.2015.

5. DELIBERAÇÕES: Os Srs. Conselheiros por unanimidade de votos, sem reservas ou ressalvas, deliberaram:

5.1 aprovar a rerratificação dos termos e condições da Emissão e da Oferta, de forma a, dentre outros: (i) consignar que a data de emissão das Debêntures será 25 de setembro de 2015 e que a data de vencimento das debêntures será 25 de setembro de 2017, (ii) alterar o valor total da Emissão aprovado na RCA de 20.08.2015, o qual passará a ser de R\$187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais); (iii) alterar a quantidade de Debêntures emitidas, aprovada na RCA de 20.08.2015, a qual passará a ser de 18.700 (dezoito mil e setecentas) Debêntures; (iv) alterar os juros remuneratórios da Emissão, aprovados na RCA de 20.08.2015, passando as Debêntures a fazer jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 112,0% (cento e doze por cento) da variação acumulada das Taxas DI (conforme abaixo definido), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis corridos, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de integralização ou a data do pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e paga ao final de cada período de capitalização até a data de vencimento, na forma prevista na Escritura (conforme abaixo definida), (v) consignar que, ressalvadas as hipóteses de cancelamento das Debêntures, de oferta de resgate antecipado e de vencimento antecipado, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, nos dias 25 de março e 25 de setembro de cada ano, até a data de vencimento das Debêntures, ou, caso estes não sejam dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 25 de março de 2016 e (iv) alterar o regime de colocação das Debêntures, as quais serão objeto da Oferta sob o regime de melhores esforços de colocação. Os termos e condições da Emissão e da Oferta passarão a ser lidos conforme a seguir:

5.1.1 Data de Emissão: 25 de setembro de 2015 (“Data de Emissão”), conforme definida no “Instrumento Particular de Escritura da Terceira (3ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não

Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, para Distribuição com Esforços Restritos, da Estácio Participações S.A.” (“Escritura”).

5.1.2 Número da Emissão: Esta é a terceira (3ª) emissão pública de debêntures da Companhia.

5.1.3 Número de Séries: A Emissão será realizada em série única.

5.1.4 Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão será de R\$187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais), na Data de Emissão.

5.1.5 Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 18.700 (dezoito mil e setecentas) Debêntures.

5.1.6 Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal” ou “Valor Nominal Unitário”).

5.1.7 Forma e Emissão de Certificados: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

5.1.8 Espécie e Conversibilidade: As Debêntures serão da espécie quirografia, sem garantia adicional real ou fidejussória, simples e não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

5.1.9 Prazo e Data de Vencimento: O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 02 (dois) anos contados da Data de Emissão, ou seja, em 25 de setembro de 2017 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de (i) cancelamento das Debêntures, (ii) oferta de resgate antecipado e (iii) vencimento antecipado, nos termos definidos na Escritura.

5.1.10 Remuneração: As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 112,0% (cento e doze por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra-grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”) no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxas DI” e “Juros Remuneratórios”, respectivamente), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Integralização (conforme abaixo definida) ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, e paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), até a Data de Vencimento, na forma prevista na Escritura. Ressalvadas as hipóteses de cancelamento das Debêntures, de oferta de resgate antecipado e de vencimento antecipado, os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 25 de março e 25 de setembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures, ou, caso estes não sejam dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 25 de março de 2016.

5.1.11 Período de Capitalização: Considerar-se-á o período de capitalização (“Período de Capitalização”) como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (conforme abaixo definida) no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

5.1.12 Forma e Prazo de Subscrição: As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) e serão integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 (“Data de Integralização”).

5.1.13 Preço de Subscrição: O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário.

5.1.14 Integralização e Forma de Pagamento: As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

5.1.15 Direito de Preferência: Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.1.16 Atualização do Valor Nominal Unitário: Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures por qualquer índice.

5.1.17 Repactuação: Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.1.18 Amortização: O Valor Nominal das Debêntures será amortizado integralmente pela Companhia na Data de Vencimento.

5.1.19 Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pelas leis e instruções normativas aplicáveis, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, as regras expedidas pela CVM, e os termos previstos na Escritura.

5.1.20 Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta facultativa de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a referida oferta, nos termos previstos na Escritura. O valor de resgate antecipado facultativo corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anteriores, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de prêmio *flat* de resgate a ser oferecido aos debenturistas a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo.

5.1.21 Oferta Obrigatória de Resgate Antecipado: A Companhia deverá, obrigatoriamente, nos termos e nas hipóteses previstas na Escritura, realizar uma oferta obrigatória de resgate antecipado pela totalidade das Debêntures. O valor de resgate corresponderá ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do resgate antecipado; (b) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, se houver; e (c) de prêmio *flat* que deverá ser calculado com base na fórmula prevista na Escritura de Emissão.

5.1.22 Vencimento Antecipado: A Escritura estabelece os eventos que acarretarão em vencimento antecipado das Debêntures, negociados e definidos de comum acordo entre a Companhia, o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) e os Coordenadores (conforme definidos abaixo), de acordo com as práticas usuais de mercado para operações dessa natureza. Caso venha a ser verificada a ocorrência de hipótese de vencimento antecipado e desde que observados os prazos de cura, valores mínimo e quórums previstos na Escritura de Emissão, conforme aplicável, o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.1.23 Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos, sob o regime de melhores esforços de colocação pelas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela intermediação da Oferta (“Coordenadores”), nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação da Terceira (3ª) Emissão Pública da Estácio Participações S.A.” (“Contrato de Distribuição”). O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto os Coordenadores poderão acessar, no

máximo, 75 (setenta e cinco) investidores conforme qualificados na Instrução CVM 476, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) investidores conforme qualificados na Instrução CVM 476.

5.1.24 Agente Fiduciário: O agente fiduciário contratado como representante dos titulares das Debêntures é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário").

5.1.25 Depósito para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA; e (ii) negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores conforme qualificados na Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Companhia, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

5.1.26 Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados para reforço de caixa da Companhia para fazer frente à sua política de expansão e investimentos.

5.1.27 Local de Pagamento: Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem depositadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Companhia ou do banco liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.1.28 Encargos Moratórios: Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais continuarão a incidir até que o valor devido seja efetivamente pago, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").

5.1.29 Imunidade Tributária: Nos termos previstos na Escritura, caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao escriturador das Debêntures e ao banco liquidante da Emissão, com cópia para a Companhia, até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.1.30 Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.2 Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer providências e a celebrar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação das deliberações aprovadas nos termos do item 5.1 acima, à realização da Oferta e da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à a celebração de aditamentos (i) à Escritura, incluindo o aditamento à Escritura que refletirá a rratificação dos termos e condições da Emissão e da Oferta aprovada nesta ata; e (ii) aos demais contratos relativos à Oferta, incluindo mas não se limitando ao aditamento ao Contrato de Distribuição, não sendo necessário para

tal novas autorizações societárias para fins da celebração de aditamentos aos instrumentos acima mencionados.

5.3 Ratificar todos os atos praticados pela diretoria da Companhia, em consonância com as deliberações acima e as deliberações aprovadas na RCA de 20.08.2015.

6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA E APROVAÇÃO DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e assinada por todos os conselheiros presentes e pelo secretário. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2015. Assinaturas: Presidente – Eduardo Alcalay; Secretário – Miguel F. Pereira de Paula; Maurício Luis Luchetti; Maria Helena Guimarães de Castro; João Cox Neto; Ronaldo labrudi dos Santos Pereira; Maria Silvia Bastos Marques; Alexandre Hohagen; Chaim Zaher e Thamila Cefali Zaher.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em Livro próprio.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2015.

Miguel F. Pereira de Paula
Secretário da Mesa